

✓

ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Glauco Campello, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Augusto Carlos da Silva Telles, Francisco Iglésias, Ítalo Campofiorito, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Max Justo Guedes, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque – representantes da sociedade civil –, Carlos Alberto Cerqueira Lemos – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil –, Fernanda Cecília Nobre Ribeiro da Luz Colagrossi – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – e José Silva Quintas – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ausentes, por motivo justificado, Germano de Vasconcellos Coelho, Gilberto Ferrez, Jaime Lerner, José Ephim Mindlin, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Maurício Roberto – representantes da sociedade civil – e Arnaldo Campos dos Santos Coelho, representante do Museu Nacional. Abrindo a sessão, o Presidente assinalou a presença da Conselheira Fernanda Colagrossi e do Conselheiro José Silva Quintas, designados recentemente para integrarem o Colegiado na qualidade de representantes do ICOMOS e do IBAMA, respectivamente, e passou a palavra ao Conselheiro Silva Telles, que desejou lembrar o Conselheiro Hêlvio Polito Lopes nos termos a seguir transcritos: "Hêlvio Polito Lopes, arquiteto, era Suplente deste Conselho, nele representando, com a Conselheira Fernanda Colagrossi, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Comitê Brasileiro. Hêlvio faleceu, prematuramente, com 58 anos, de insuficiência renal, que o acometera havia alguns anos, e que o obrigava a se submeter a diálises periódicas. Formou-se em arquitetura, em 1960, pela Faculdade de Arquitetura da UFPe, e desde logo, dedicou-se, direta, ou indiretamente, à causa da

preservação dos bens culturais. Professor da mesma Faculdade, ministrou aulas, em diversos cursos de especialização, inclusive nos organizados pelo IPHAN, em convênios com as Universidades de Minas Gerais, de Pernambuco e da Bahia. Foi Coordenador do antigo Programa das Cidades Históricas na área do Nordeste e, mais tarde, Assessor do IPHAN junto à Diretoria Regional de Pernambuco, da qual foi Diretor/Coordenador nos anos de 1989/90. Realizou projetos de restauração ou de reutilização de bens culturais, como os referentes ao Forte das Cinco Pontas, do Teatro Apolo, da antiga Casa de Detenção, em Recife, do Colégio São Bento, anexo ao Mosteiro, em Olinda, de um parque no Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco. Hélio era um amigo dedicado e colaborador permanente de todos que dele solicitavam informações ou algum auxílio. Para grande número de jovens arquitetos, seus ex-alunos, era uma espécie de 'padrinho'. Com sua morte, fez-se um grande vazio na área do ensino da Arquitetura, e na da preservação dos bens culturais." Retomando a palavra, o Presidente referiu-se ao seu desejo de realizar reuniões do Conselho Consultivo com maior frequência, destacando a importância do convívio e do apoio dos Conselheiros ao trabalho do IPHAN. Informou que, por volta de 16:00 horas, o Conselho receberia a visita do Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, atitude que reflete a sua consideração pelos trabalhos ali desenvolvidos. Antecipou o convite para o lançamento do livro de Lúcio Costa, a ser realizado no próximo dia 19, no Paço Imperial, e colocou em votação a minuta da ata da reunião anterior. Pedindo a palavra, o Conselheiro Modesto Carvalhosa sugeriu que, juntamente com a minuta da ata, fossem referendados os empréstimos de obras de arte a instituições internacionais, já aprovados pelos membros do Conselho mediante consulta telefônica. O Presidente acolheu e colocou em discussão as duas proposições, aprovadas por unanimidade. Em seguida, a Conselheira Maria Beltrão julgou indispensável prestar contas aos demais membros do Conselho das consequências do alagamento das salas e de parte das coleções arqueológicas do Museu Nacional. Referiu-se a uma carta publicada no *Jornal do Brasil* onde a missivista, por equívoco, considerava estar o material da reserva técnica, situado em sua sala, sem proteção, quando na verdade permanece armazenado em armários com gavetas e em vitrines seladas com borracha de silicone. Destacou também a situação da sua sala, no térreo, enquanto a obra em questão vinha sendo realizada no terceiro andar. Considerou exageradas as estimativas dos danos causados à múmia, que, segundo a especialista do Louvre: Marie Odile Kleitz, não ultrapassaram 0,5%. Esclareceu entretanto que, em outros locais, os prejuízos foram vultosos. Informou, em resposta ao Conselheiro Modesto Carvalhosa, que embora só tivesse tomado conhecimento do ocorrido na segunda-feira, a Diretora do Estabelecimento lá permaneceu durante todo o fim-de-semana. O Presidente considerou necessário esclarecer que as obras em execução no Museu Nacional foram aprovadas pelo IPHAN, através da sua 6ª Coordenação Regional, e vêm sendo contratadas e acompanhadas pelo Escritório Técnico da Universidade

Federal do Rio de Janeiro. Adiantou que 80% do telhado da edificação já foram restaurados, havendo sido adotadas as providências de praxe: a área destelhada foi recoberta com lonas plásticas que, lamentavelmente, diante da força das águas e dos ventos, não impediram a inundação de todos os andares, fato que dará margem a medidas mais eficazes no futuro. Passou então a palavra ao Conselheiro Silva Telles, relator do Processo nº 1.288-T-89 – proposta de tombamento do **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras, SE** – que leu o seguinte parecer: "O Relatório/Parecer elaborado pelo Pesquisador Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, do Departamento de Proteção – DEPROT – deste Instituto, historia o processo de tombamento de Laranjeiras, apresenta uma síntese comentada da evolução histórica de Sergipe e, em especial, de Laranjeiras, enfatizando sua importância como polo econômico – porto à margem do Rio Cotiguiuba – durante os ciclos da cana-de-açúcar, da dominação holandesa, do gado e do algodão. Analisa sua fase áurea, no século XIX, e sua decadência neste século, pela concorrência econômica do Sudeste. Informa e analisa, ainda, a implantação do primeiro núcleo de Laranjeiras, à margem do rio, local então denominado Porto, aproximadamente onde, hoje, se localiza o Mercado; a forma pela qual a vila se desenvolveu, com arruamentos ao longo do rio, e outros bordejando as elevações ao Sul; a implantação das capelas – do Bonfim e do Bom Jesus – no alto desses morros, e de Sant'Aninha, em uma elevação ao norte do rio. Inseridas na trama urbana, estão a Matriz, a Igreja da Conceição dos Pardos e a de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, nas faldas do outeiro do Bonfim. O relatório aborda, igualmente, as fazendas dos Padres da Companhia de Jesus – Retiro e Comendaroba – com suas respectivas capelas que, apesar de se localizarem fora do perímetro urbano, participaram historicamente da vida de Laranjeiras, seja pela proximidade, seja pelas inter-relações econômicas. O relatório refere-se, igualmente, às manifestações culturais, religiosas ou cívicas, que até hoje se realizam, e que marcam o calendário da cidade. Assim, julgo que esse relatório informa corretamente as razões para que Laranjeiras seja inscrita nos Livros de Tombo deste Instituto, apesar de já ser protegida por legislação estadual. Os perímetros de tombamento e de entorno foram definidos em análise feita, no local, pelos colegas Arquiteto José Leme Galvão Júnior (DEPROT - Brasília) e Arquiteta Roseny Albuquerque Matos (8ª Coordenadoria Regional), com os quais fico, também, plenamente de acordo. Foram eles estabelecidos com o melhor critério, não extensos demais, mas abarcando o que de mais importante havia a ser preservado. A trama urbana de Laranjeiras se baseia, como vimos, no leito do Rio Cotiguiuba, que forma curvatura acentuada no local, e nas faldas dos outeiros localizados ao sul. É uma trama irregular – não ortogonal – como a da quase totalidade das cidades brasileiras. Nesses logradouros, as edificações, com um ou dois pisos, se sucedem, definindo os alinhamentos e colando-se umas às outras. Essas casas, que definem ruas e praças, não se apresentam enfaticamente, mas, ao contrário, formam ritmos contínuos, com seus vãos de

portas e janelas – alguns com balcões sacados, ou entalados – seus cunhais, suas cimbalhas com os telhados formando beirais. O Mercado, à beira do rio – edificação de meados do Século XIX – é, ainda hoje, elemento polarizador do núcleo urbano. Deve-se notar, também, como elemento diferenciado, a Ponte do Açougue, também denominada Ponte Nova, próxima à Igreja da Senhora da Conceição, obra de cantaria. A observar, ainda, o grande número de largos/praças – incomum nas demais cidades brasileiras – alguns ladeando as igrejas, ou servindo de adro às mesmas. Em Laranjeiras, o acervo de arquitetura civil, residencial e comercial sobressai do conjunto das edificações religiosas, diferentemente do que acontece à quase totalidade das cidades brasileiras, como, por exemplo, em São Cristóvão, sua vizinha. Com a decadência ocorrida no final do século passado e início deste, perdeu-se número considerável de edificações que, ruindo parcial ou totalmente, formaram vazios ao longo dos logradouros, o que demandará estudo acurado quanto ao seu preenchimento ou não. Concluindo este relatório, sugiro a aprovação, por este Conselho, da inscrição da Cidade de Laranjeiras nos Livros de Tombo deste Instituto – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro das Belas Artes e Livro Histórico – e bem assim, a definição da área de entorno, tudo, conforme está proposto neste processo." Antes da discussão do seu parecer, solicitou alguns minutos para fazer duas complementações. Inicialmente, leu o seguinte documento: "Gostaria de abordar, no momento em que o núcleo histórico de Laranjeiras está sendo indicado para inscrição nos Livros de Tombo deste Instituto, o problema da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Comendaroba. Edificada pelos jesuítas na década de 1730 (1734 é a data inscrita na elegante e rica portada de cantaria de entrada da nave) é bem tombado, desde 1943. Igreja de peregrinação, apresenta um partido não raro em edifícios congêneres, onde galerias abertas contornam a nave, pela frente e pelos lados. Exemplar semelhante, igualmente requintado nos elementos arquitetônicos, é a Igreja setecentista de Nossa Senhora da Encarnação, localizada em um outeiro fronteiro ao Castelo de Leiria, em Portugal. Com caráter mais simples, encontramos em município vizinho a Laranjeiras a Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Santo Amaro das Brotas. Podemos citar igualmente a Igreja de São Miguel, em São Miguel Paulista e a de Santo Angelo, em Mogi das Cruzes, ambas em São Paulo. Essa capela rural, de Comendaroba, localiza-se em propriedade particular, onde se cultivava a cana-de-açúcar, já tendo sido beneficiada por obras do IPHAN por diversas vezes – obras extensas, nas coberturas, esquadrias e rede elétrica. Agora, segundo relatório enviado pela municipalidade, encontra-se, novamente, 'em mau estado de conservação e processo de ruína cada vez mais agravado: goteiras, trincaduras, madeiramento, etc'. Sugerimos, então, e já expressamos isto à Senhora Coordenadora Regional de Sergipe, a definição de uma área envoltória que seria considerada de tombamento ou de entorno, visando facilitar um entendimento com a municipalidade de Laranjeiras, no sentido de ser a capela

desapropriada ou adquirida pelo poder público. Uma das hipóteses seria, para a obtenção de recursos, a mobilização da Empresa Votorantim, que tem uma de suas fábricas localizada no município e é a proprietária e mantenedora da capela, da casa-grande e das senzalas da Fazenda Retiro". Indagado se pretendia incluir a capela na proposta de tombamento, esclareceu que a edificação já estava tombada e sua intervenção se limitava ao pedido de definição da área do seu entorno. Finalizando, apresentou um elogio à Prefeitura Municipal de Laranjeiras pela primorosa conservação de obras executadas há cerca de vinte anos por esta Instituição, através do Programa de Cidades Históricas: restauração do mercado; da antiga fábrica, hoje centro de artesanato; da prefeitura; da Escola Zizinha Guimarães e de um conjunto transformado em edifícios residenciais para população de baixa renda. Citou ainda a restauração da Matriz e da Igreja do Bonfim, desenvolvida atualmente pelo atual Prefeito Hans Otto Hagenbeck. Estendeu a homenagem à Dr^a Eliane Maria Fonseca de Carvalho, por sua atuação à frente da 8^a Coordenação Regional do IPHAN. Colocadas em votação, as proposições foram aprovadas por unanimidade. O Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque para relatar o Processo nº 1.158-T-85, referente à proposta de tombamento do **Arquivo Documental e Fotográfico da Companhia Jornalística Caldas Júnior/Correio do Povo, Porto Alegre, RS**, cujo parecer vem transcrito a seguir: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. O IPHAN submete a este Conselho Consultivo, solicitando meu prévio parecer, o processo em epígrafe, em que se propõe o tombamento do Acervo Documental e Fotográfico da Companhia Caldas Júnior (*Correio do Povo*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul). Trata-se da coleção do jornal *Correio do Povo* relativa ao período compreendido entre 01.10.1895 e 16.06.1984, constante de 631 volumes, bem como do acervo de fotografias e de todos os demais documentos desse período, ligados à história daquele tradicional veículo da imprensa gaúcha. O pedido de tombamento teve origem em solicitação, de 18.06.1985, do diretor da 10a. Diretoria Regional do IPHAN, que, preocupado com a venda iminente, em leilão judicial, daquele acervo e, em especial, com os riscos de sua dispersão, solicitou notificação de tombamento provisório, o que foi efetivado em 10.07.1985. A despeito, porém, de todo o acervo provisoriamente tombado ter sido adquirido por empresa jornalística, que o mantém em sua integridade (tendo, inclusive, o *Correio do Povo* voltado a circular regularmente), prosseguiram os estudos visando ao tombamento definitivo, que ora é submetido a este Conselho, com parecer favorável. Cabe, portanto, examinar, no mérito, a solicitação. É inegável o valor documental do acervo de que trata este processo. Porém – com a ressalva de que não conhece pessoalmente a referida coleção – , não vê este relator nada que a singularize dentre outros tantos acervos de jornais brasileiros em circulação no país, alguns deles mais do que centenários. Ademais, se grande pode ser seu valor do ponto de vista local (municipal e estadual), menor seria sua importância do ponto de vista nacional.

E escassas seriam, também, as justificativas para seu tombamento pela União. Se a medida, cautelar, de proteção especial pelo Poder Público Federal foi acertada ante a possibilidade de fragmentação de acervo julgado importante porém não inventariado, os estudos posteriormente feitos, constantes dos autos do processo, se reforçam a percepção deste relator quanto a sua importância regional, não o convence no que respeita a sua significação e especificidade como bem cultural de interesse nacional – pelo menos, não a ponto de aconselhar seu tombamento pelo IPHAN e sua decorrente inscrição no Livro de Tombo Histórico instituído pelo Decreto n. 25, de 1937. Isto posto, este relator opina pelo não-tombamento, pela União, do Acervo Documental e Fotográfico da Cia. Caldas Júnior / *Jornal Correio do Povo*. Sugere, no entanto, que o IPHAN se dirija aos órgãos estadual e municipal de proteção do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, encaminhando a documentação pertinente e solicitando seja examinada, naqueles níveis, a conveniência e oportunidade de tombamento. É como se submete o assunto a consideração deste Conselho". Colocada em discussão, os demais membros do Conselho aprovaram a proposta do Relator de cancelamento do tombamento provisório, arquivamento do processo e de recomendação ao responsável pelo Arquivo para, se assim o desejar, dirigir-se aos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural do Estado ou do Município. Após essa decisão, o Presidente do Conselho solicitou ao Conselheiro Angelo Oswaldo o seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Piranga, MG**, contida no Processo nº 1.223-T-87. O Conselheiro leu o texto transcrito a seguir: "O conjunto do Santuário do Bom Jesus de Bacalhau, como ainda hoje é denominado na região, impressiona pelas notáveis qualidades arquitetônicas e artísticas, bem como pela beleza da paisagem na qual se inscreve para dominá-la de modo expressivo. O clima de simplicidade 'naive' é entrecortado pela elegância e requinte de numerosos detalhes da ornamentação e estatuária existentes no interior do templo. A singeleza das casas que abraçam a capela, destinadas ao romeiros do portentoso Jubileu ainda celebrado, não diminui a força plástica da obra, mas enfatiza a conjugação de fatura popular e erudita num esforço integrado de realização maior. A devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, trazida dos arredores da cidade do Porto, onde se localiza o templo original dessa invocação tão recorrente nas comunidades setecentistas do ouro, produziu em Minas Gerais diversas construções de porte extraordinário: o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas do Campo, tombado pelo IPHAN e pela UNESCO; o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Conceição do Mato Dentro, de cuja primitiva igreja só restam três altares tombados pelo IPHAN; a capela do Bom Jesus de Matozinhos de Itabirito, recentemente restaurada, contendo excelente pintura, igualmente sob a proteção do IPHAN; e o Santuário do Bacalhau. Ora este é o único, entre os quatro grandes centros mineiros de romaria agraciados pelo Papa Pio VI, no

final do século XVIII, com a licença de Jubileu Pontifício, não inscrito pelo IPHAN nos respectivos livros de tombo. Apesar do pedido do Dr. Cleveland Maciel, cidadão de Piranga que escreveu ao Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1959, nesse sentido, o processo aberto naquele ano não foi adiante. Nele acrescentava-se também recomendação sobre a Igreja Matriz de Piranga, infelizmente demolida no início dos anos 70 para fazer a fortuna de antiquários e ensejar a construção da nova matriz, em forma de 'disco-voador'. Em 1986, a arquiteta Selma Melo Miranda, então a serviço do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG, concluiu importante estudo sobre o conjunto do Bacalhau, tanto para recomendar sua proteção oficial quanto para definir o melhor partido visando a restauração da arquitetura e da ornamentação da belíssima capela. Durante estes últimos nove anos, procedimentos burocráticos retardaram o desfecho do assunto, que agora se processa, a fim de que Bacalhau tenha a merecida inclusão entre os bens tombados pelo IPHAN. Felizmente, porém, as obras demandadas conseguiram ser concretizadas. O Padre José Julião, pároco de Piranga e responsável pelo Santuário, coordenou, pessoalmente, as iniciativas necessárias, valendo-se de doações, leilões, renda de barraquinhas e festividades locais. É assim, aliás, que vem ele sustentando a realização de obras definidas e orientadas por técnicos do IEPHA e do IPHAN, tais como a Igreja do Rosário, em Piranga, a Matriz de Santo Antônio, no Bacalhau, e o Santuário do Bom Jesus, entre outras, além de haver criado um espaço museológico para os bens móveis da Paróquia. Quando Ministro da Cultura, o Dr. José Aparecido de Oliveira visitou o Bacalhau para conhecer não só valioso conjunto como ainda o trabalho exemplar do pároco na conservação dos bens culturais. É fundamental que prossigam os estudos sobre o Bacalhau, onde fatores diversos fizeram reunir artistas renomados como os pintores Manuel da Costa Ataíde e Francisco Xavier Carneiro e o escultor Padre Félix Antônio Lisboa, irmão do Aleijadinho. Os estudos de Myriam Ribeiro, do IPHAN, sobre os aspectos gerais do Santuário e de bens móveis ali encontrados, indicam vários caminhos a serem devidamente percorridos. Poderão levar-nos à identificação do legendário Mestre de Piranga, anônimo do final do século XVIII, que legou a Minas um dos seus maiores tesouros artísticos. Ao Mestre de Piranga pode-se atribuir o Crucificado do Consistório do Santuário do Bacalhau. O Inventário de Bens Móveis e Integrados de Minas Gerais, promovido pelo IPHAN e coordenado por Myriam Ribeiro, testemunha sua grande importância neste momento, quando fornece subsídios imprescindíveis à análise do Conjunto de Bacalhau. Vale reiterar que ali está a melhor pista para as pesquisas que possam levar à revelação do Mestre de Piranga, pelo que os estudos iniciados no referido Inventário devem agora ser incentivados através de ação conjunta do IPHAN e do IEPHA. Por outro lado é imprescindível que o tombamento abranja o Conjunto do Santuário (templo e casario dos romeiros), o sítio em que se implantaram as edificações e um raio de entorno que proteja a parte central da localidade de Santo Antônio de

Pirapetinga e sua Matriz. Esta igreja, cuja foto se vê inclusa no processo de tombamento em foco, foi recentemente restaurada sob a coordenação do Padre José Julião, sendo igualmente notável em seus aspectos arquitetônico, artístico e histórico. A ampliação do polígono de proteção contribuirá para a salvaguarda de um dos últimos arraiais mineradores do século XVIII que ainda guardam as características originais. A questão pede essa abrangência. É meu parecer, portanto, que o tombamento se processe segundo os documentos anexos, mas que o IPHAN reestude a linha do polígono, visando a inclusão da Matriz. A caracterização de um tombamento urbano virá, por certo, incentivar o Município de Piranga a zelar com mais atenção pelo Bacalhau, na certeza de que ali se acha um dos bens valiosos do patrimônio brasileiro". Colocado em discussão, o Conselheiro Silva Telles manifestou-se favorável à proposta do relator de, futuramente, estender-se a proteção do IPHAN à Matriz de Santo Antônio. O Relator considerou muito importante sensibilizar as autoridades do Município de Piranga, um lugar muito pobre e isolado, opinando que esse tombamento poderá chamar a atenção do Governo de Estado para as condições sócio-econômicas da região, porque a valorização cultural poderá abrir um caminho, através do turismo, com uma resposta econômica para uma área tão carente. Finalizando, propôs que ao conjunto que está sendo indicado para tombamento – Igreja e Casario – sejam acrescidos, após estudos a serem desenvolvido pelo IPHAN, a Matriz e o miolo urbano. O Conselheiro Modesto Carvalhosa observou que esse relatório acentua a necessidade de promover-se solenidades que transmitam às populações um sentimento de orgulho pelo tombamento, como se fez em Pirenópolis. Sugeriu que essa política seja adotada pelo IPHAN em caráter permanente. O Conselheiro Angelo Oswaldo congratulou-se com a proposta do Conselheiro Modesto Carvalhosa, lembrando a ocasião em que a cidade de Ouro Preto foi inscrita na lista do Patrimônio Mundial e recebeu a visita do Diretor-Geral da UNESCO, quando houve uma cerimônia promovida por Aloísio Magalhães para conscientizar a população da importância da medida. Colocou à disposição do IPHAN a infra-estrutura da Prefeitura de Ouro Preto, devido à carência da Municipalidade de Piranga, e sugeriu associar ao evento, além da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, o IEPHA, que contribuiu com alentado estudo sobre o Bacalhau. Destacou a influência da presença do Presidente do IPHAN, da Coordenadora da 13ª CR e de autoridades estaduais na ressonância do tombamento junto à opinião pública, à imprensa e às escolas. O Presidente acolheu as sugestões, considerando-as muito oportunas, e observou que essas celebrações devem coincidir com a homologação dos tombamentos pelo Ministro de Estado da Cultura. Em seguida, colocou em votação as propostas do Relator, aprovadas por unanimidade. A seguir, o Presidente solicitou ao Conselheiro Max Justo Guedes o seu parecer sobre a proposta de tombamento da Casa situada à Rua Santo Amaro, nº 28, antigo High-Life, Rio de Janeiro, RJ, contida no Processo nº 1.078-T-83. O Conselheiro solicitou alguns minutos para referir-se

à sua alegria e emoção ao visitar a Capela do Padre Farias, em Ouro Preto, louvando o trabalho de restauração de um magnífico patrimônio desenvolvido pela Prefeitura local. Falou em seguida sobre a tristeza sentida ao chegar à sua cidade, onde uma das casas mais importantes – a Intendência de São João del-Rei – está sendo descaracterizada sem que tenha sido adotada qualquer providência. Adiantou que, além da casa estar dividida em cinco residências, um dos moradores construiu uma puxada para ali instalar um botequim. Ressaltando o contraste entre as duas administrações, sugeriu uma atuação do IPHAN para coibir essas agressões. Concluindo, leu o parecer transcrito a seguir: "Volta às minhas mãos, após sete anos, o processo nº 1078-T-83, relativo ao tombamento da casa nº 28 da Rua Santo Amaro, sede do antigo clube High-Life. Naquela ocasião, julguei que o prédio devesse ser preservado, em razão da sua importância para a história social do Rio de Janeiro, preservação que também impediria provável alteração no gabarito da construção que em seu lugar fosse erguida, com reflexos no entorno da mesma. Manifestei, contudo, sérias dúvidas de ser tal tombamento feito em caráter nacional e lembrei que o assunto já fora submetido à apreciação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, mas ali surgira a dúvida da competência do município e do estado para tombamento próprio nacional. Enfatizei, por isso, meu interesse em ouvir a opinião de conselheiros mais versados que eu em assuntos jurídicos. Na sequência, o então Presidente do Conselho, Arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, lembrou a existência de parecer do saudoso Dr. Prudente de Moraes Neto sobre processo de natureza semelhante e julgou aconselhável ser o processo examinado pela Coordenadoria Jurídica da SPHAN. As múltiplas vicissitudes pelas quais passou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conhecidas por todos nós, fazem com que só agora tenha o assunto voltado à tona. No interregno, foi o prédio do High-Life tombado, provisoriamente, em 16 de março de 1987, pelo Dr. Roberto Saturnino Braga, então prefeito da cidade. Ao retornar o processo para meu parecer, veio ele devidamente instruído e acompanhado de pareceres do ilustre Dr. Prudente de Moraes Neto e da Dr^a Tereza Beatriz Rosa Miguel; esta última, pelo MEMO/PROJUR/IPHAN/RJ nº 035/95, endereçado à Senhora Procuradora-Chefe, afirma textualmente que 'é perfeitamente possível que os Estados e/ou os Municípios promovam a proteção cultural de bens pertencentes à União Federal e/ou as [sic] suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, mediante o Instituto do Tombamento'. Em face do acima exposto e tendo em vista as opiniões convergentes do Dr. Prudente de Moraes Neto e da PROJUR deste Instituto, julgo suficiente o tombamento municipal do prédio da Rua Santo Amaro nº 28, no intuito de preservá-lo. Destarte, proponho a este egrégio conselho que, se aprovado o meu parecer, seja o Prefeito Municipal informado da solução adotada pelo Conselho e arquivado o presente processo. É o que me parece". O Presidente, após informar que irá recomendar à 13^a Coordenadoria Regional uma atenção especial ao problema apresentado

pelo Conselheiro, colocou em discussão o seu parecer. A Conselheira Fernanda Colagrossi indagou se o tombamento do imóvel, decretado em caráter provisório pelo Prefeito do Rio de Janeiro, tornara-se definitivo. Não havendo informação precisa a respeito, o Presidente colocou o processo em diligência. A palavra foi então concedida ao Conselheiro Carlos Alberto Cerqueira Lemos, relator da proposta de tombamento contida no Processo nº 944-T-76, **Estação da Luz, São Paulo, SP**, que leu o seguinte parecer: "É nosso mister informar aos nossos pares o que representa o Edifício da Estação da Luz, na Cidade de São Paulo, no panorama cultural brasileiro tendo em vista o seu tombamento como monumento nacional. A monografia constante neste processo, de autoria do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, está extremamente bem elaborada, demonstrando as altas qualidades intelectuais do autor, tanto como escritor como pesquisador, como demonstra de modo claro a bibliografia apresentada na conclusão do trabalho. Por isso, não seremos redundantes resumindo ou tentando completar aquele texto exemplar, cuja leitura recomendamos a todos. No entanto, ocorrem-nos algumas reflexões, que julgamos úteis ao entendimento da questão. Assim, cremos existirem pelo menos mais quatro enfoques a serem examinados em prol do Tombamento alvitrado. Seriam eles: I - **A superação da Serra do Mar**. Todos sabemos das dificuldades indescritíveis havidas na normalização dos meios de comunicação entre o planalto de Piratininga e o litoral – as viagens entre São Paulo e o resto do mundo serra-abaixo constituíam risco de vida durante todo o período colonial. Somente no fim do século XVIII é que o calçamento do velho "Caminho do Padre José" veio permitir mais conforto e maior segurança no transporte de bens, sobretudo a exportação do açúcar ituano. Dessa dificuldade de transposição da Serra resultou o isolamento do mundo bandeirante, com todas as suas já sabidas peculiaridades culturais culminadas pela extrema pobreza. A Estrada da Maioridade amenizou os problemas, mas a condução de mercadorias continuava difícil, mormente de volumes importados por Santos, devido aos acentuados aclives e pequenos raios de curvatura das dobras do caminho que sempre marginava abismos envoltos pelo permanente nevoeiro. Foi a estrada de ferro que efetivamente ligou São Paulo com a civilização e tornou-a rica exportando café. Hoje, a Estação da Luz pode perfeitamente ser escolhida como símbolo desse esforço de engrandecimento. II - **A construção na trama urbana**. A inauguração da Estação da Luz deu-se em 1901, mesmo ano em que foi terminado, ali nas proximidades, o Santuário do Sagrado Coração de Jesus. De repente, a cidade ganhou dois marcos arquitetônico caracterizados, sobretudo, pelas suas altas torres. A torre do relógio da estação, com mais de cinquenta metros de altura, tornou-se imediatamente um ponto de referência, uma baliza orientadora dos transeuntes na cidade baixa de modestos sobrados, alguns já de tijolos substituindo a antiga taipa caipira. Um marco na inteligibilidade do espaço urbano. Por motivos sócio-econômicos que agora não cabem ser lembrados e devido à proteção exercida pelo Condephaat também em

outros edifícios nas proximidades, a Estação da Luz hoje reina sobranceira na paisagem sem arranha-céus, coisa realmente difícil em São Paulo. Daí, continua a ser, até agora, o marco referencial por excelência para quem transita pelo bairro da Luz, participando efetivamente do Patrimônio Ambiental Urbano. III - **A questão do Ecletismo.** Certamente, este é o enfoque mais importante a ser lembrado neste processo de tombamento da Estação da Luz porque o Ecletismo nunca foi olhado com seriedade pelo SPHAN, que permitiu complacentemente a destruição de quase toda a produção arquitetônica do século passado e do início deste em todo o Brasil e o que sobrou somente agora está sendo estudado sabendo-se que da amostragem disponível poucos exemplares são realmente dignos de preservação. Não mais existem os grandes conjuntos ecléticos de construções modestas ou populares em seu contexto original, guardando relações necessárias entre cheios e vazios, entre áreas livres e ocupadas, entre logradouros e construções. Agora, somente exemplares isolados cercados de arranha-céus. Desapareceram as antigas relações volumétricas. Daí, as dúvidas ao procurarmos destinar à perpetuidade, via tombamento, construções que restaram do Ecletismo. Sobraram muito poucos edifícios significativos. E o significado procurado deve estar vinculado não somente aos méritos arquitetônicos, mas também às condições sócio-econômicas cujas expectativas programáticas prendem-se a um complicado processo cultural decorrente do confronto entre o pensamento ou o 'saber fazer' local e toda a bagagem técnica e estética do europeu trazido pelo dinheiro do café, no caso de São Paulo. Com a abertura dos portos, em 1808, o Brasil 'abriu-se' ao mundo e com a estrada de ferro dos ingleses, foi a vez de São Paulo receber as influências e iniciar uma nova civilização material. Da miscigenação havida houve a predisposição de aceitação de novas soluções, de novos hábitos, novos usos e outros costumes. Outra arquitetura e modernos equipamentos. As inovações se popularizaram. Uma nova cultura e um novo patrimônio de bens culturais. Um outro povo. Não podemos esquecer que no ano da inauguração da Estação da Luz mais de 43% da população da cidade eram compostos de italianos e devemos nos lembrar dos portugueses, espanhóis, alemães, russos, polacos, franceses, árabes... Toda essa gente ajudou a levar a cidade à riqueza e toda a sua obra deve ser lembrada, estudada, guardada. O Ecletismo é um movimento tão significativo, senão mais complexo, como o Neoclássico histórico ou o Barroco. Ignorá-lo nos movimentos de preservação é uma falha imperdoável. IV - **A importância da produção cafeeira.** Não vamos falar do que significou para o Brasil a produção extensiva do café iniciada no Vale do Paraíba fluminense e expandida no interior de São Paulo e norte do Paraná. Durante muitos e muitos anos, o café foi o nosso peso maior na balança comercial nos tratos internacionais. Desde os primeiros anos, desde as iniciativas de Mauá no Rio, o café dependeu da estrada de ferro. Ao contrário do que se disse neste processo, a produção de café no Brasil foi um fato 'memorável da história' e seus bens materiais remanescentes dos anos pioneiros são dignos da atenção 'federal' do I.P.H.A.N.

É o nosso modo de pensar augurando seja o tombamento da Estação da Luz o primeiro de uma série de trabalhos arquitetônicos daquele tempo, que os modernistas sempre viram com maus olhos porque, aparentemente, estavam desvinculados de uma suposta tradição nacional, de uma mal definida 'identidade cultural', pensamento que a moderna antropologia não endossa". Iniciado o debate, o Conselheiro Silva Telles declarou estar repetindo um comentário que já fizera ao Conselheiro Carlos Lemos sobre seu parecer, onde é atribuído ao desinteresse do SPHAN a destruição da parte mais expressiva da arquitetura eclética do país. Observou que, no Brasil, aconteceu um fato inédito: a iniciativa da preservação do seu patrimônio cultural partiu dos arquitetos, dos escritores, dos poetas que, ao mesmo tempo, estavam fazendo a modernização fundamentados nos princípios de Le Corbusier, para quem a arquitetura eclética era uma arquitetura de mentira. Considerou impossível, na época, Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, José de Souza Reis, José Saia, Sílvio Vasconcellos, Godofredo Filho, Carlos Leão, Mário de Andrade e o próprio Rodrigo compreenderem a importância do ecletismo. A esse propósito, tentou reconstituir uma frase de Lúcio Costa ouvida na ocasião em que entrou para o Patrimônio: "É uma arquitetura daquele momento, de um momento que acabou". Na visão da época, era um modismo superado, a ser substituído por uma nova concepção; um período destruindo o anterior. Concordando com o Conselheiro Carlos Lemos, lamentou a perda de grande parte dos exemplares que compunham a Avenida Rio Branco, a Avenida Paulista, o Vale do Anhangabaú, a margem da Libero Badaró, prédios que tinham caráter, construções muito requintadas. Destacou a importância da Estação da Luz – marco urbano, marco arquitetônico, marco de programa de estação ferroviária e obra de engenharia de estrutura metálica extraordinária para a época. Lembrou a destruição no começo do século, em Portugal, de oitenta ou noventa por cento da talha barroca das igrejas, na tentativa de recuperação do gótico e do românico. Referiu-se à mudança de posição do IPHAN, com o tombamento de vários edifícios da fase eclética. O Conselheiro Modesto Carvalhosa tomou a palavra para concordar com o parecer do Conselheiro Carlos Lemos, observando entretanto que ele não reflete o seu grande conhecimento sobre a arquitetura eclética, evidenciado no livro extraordinário que publicou sobre a matéria. Manifestou a sua preocupação em salvar o que resta do ecletismo, como é chamado no Brasil, mas que na realidade é uma escola de *Beaux-Arts*, uma escola toda concebida à francesa, na época do nosso francesismo tão bem retratado pelo grande brasilianista Jeffrey D. Needell no seu livro *Belle Époque Tropical*. Lamentou, apoiando o Conselheiro Silva Telles, a perda de seus exemplares mais expressivos, em consequência de uma ideologia que lhes recusava valor arquitetônico. Observou que dessa perda pode-se tirar uma lição – a necessidade de salvar a arquitetura modernista no Brasil. Informou que já realizou o levantamento de toda a obra de Rino Levi e que essa relação, apresentada ao CONDEPHAAT, foi aprovada para tombamento, pois aquele

órgão tem profunda preocupação com o assunto. Concluiu dizendo que, se foi perdido o momento histórico de salvar a arquitetura eclética, pode-se, por intermédio do IPHAN, salvar a arquitetura moderna, que está ameaçadíssima em São Paulo. O Presidente considerou oportuna a intervenção do Conselheiro e comunicou que o IPHAN, através da Coordenadora Regional Cecília Rodrigues, está concentrando a sua atenção nesse problema. Lembrou que, a propósito do modernismo, foi realizada uma reunião em Ouro Preto, com a presença dos Conselheiros Angelo Oswaldo e Silva Telles, para discutir com Oscar Niemeyer o problema do restauro e da renovação do Hotel de Ouro Preto. O Conselheiro Angelo Oswaldo, complementando as manifestações dos Conselheiros Silva Telles e Modesto Carvalhosa, atribuiu à proposta de tombamento que se examinava e à presença, no Conselho Consultivo, do arquiteto Carlos Lemos, especialista na matéria, a importância que agora se confere ao ecletismo. Lamentou não ter podido comparecer à reunião em que se aprovou o tombamento de Cataguases, um dos exemplares mais significativos do modernismo no Brasil. A Conselheira Maria Beltrão ressaltou a visão antropológica do Conselho. O Presidente, após mencionar a iniciativa do tombamento da Pampulha, colocou em votação o parecer do Conselheiro Carlos Lemos, aprovado por unanimidade. A palavra foi concedida ao Conselheiro Francisco Iglésias para tratar da proposta de tombamento da **Área do Lobato, Salvador, BA**, contida no Processo nº 1.151-T-85, para a qual apresentou o seguinte parecer: "Lobato, no município de Salvador, adquiriu notoriedade em 1939, quando aí, pela primeira vez, em 21 de janeiro, jorrou petróleo no Brasil. Após algumas pesquisas e longas dúvidas sobre a existência ou não de petróleo no país (em geral era negativa a resposta), verificou-se a sua presença, animando as esperanças de quem o considerava essencial para o desenvolvimento econômico e a afirmação da soberania. Lobato é designação toponímica antiga, constando mesmo de documentos da época colonial (observação que deve ser realçada pela crença errônea, por muito tempo comum, de que era homenagem a um dos batalhadores da tese afirmativa – o famoso escritor e empresário Monteiro Lobato). Sabe-se que o agrônomo Manuel Inácio Bastos, Delegado de Terras do Estado, reunia elementos comprobatórios da presença do petróleo na região. Ainda no Império, quando o petróleo não tinha a importância que veio a ter a contar de então, algumas providências oficiais foram tomadas para incentivar a sua procura – era antes a do betume que do óleo. O agrônomo contou com o apoio de Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, que se empenhou na pesquisa até com recursos próprios. As indicações ou apelos constantes que fizeram chamar a atenção do Ministério da Agricultura para o problema, que teve de vencer dificuldades, pela afirmativa freqüente de técnicos nacionais e estrangeiros da inexistência do precioso elemento em terras nativas. Afinal, em 38 começaram as perfurações, que não dão pronto alento às perspectivas. Se alguns poços falharam e eram abandonados, no de nº 163 jorrou o chamado ouro negro em

janeiro de 1939, animando os entusiastas da causa da redenção econômica. O problema do petróleo passou a ser tratado com paixão e gerou debates infinitos sobre o modesto hidrocarboneto, como o chamava depreciativamente famoso economista e homem público, diplomata e depois ministro e parlamentar ainda hoje escrevendo semanalmente sobre o assunto, em perspectiva pessimista, verdadeira idéia fixa. Na mesma zona de Lobato foram realizadas mais de dez perfurações, nem todas apontando resultados comerciais para os episódicos achados. Já em 1942 ergueu-se ali um marco comemorativo do evento, tão importante em nossa história econômica. A 5a. Diretoria Regional submeteu então ao Conselho Consultivo, em 6 de março de 1985, proposta de tombamento da área de Lobato, como se vê em ofício de seu Diretor, Ary Guimarães, ao Dr. Irapoan Cavalcanti de Lyra, então Sub-secretário da SPHAN. O processo apresenta recortes da imprensa anunciando a preciosa descoberta, bem como o tombamento da área. Desde 1985 cresce o empenho e técnicos da DTC entram em contato com a PETROBRÁS sobre o material disponível de informação: era pequeno, pois a empresa só dispunha de arquivos desde a sua criação. Sugeriu-se procurar o Museu de Ciência e Tecnologia de Salvador e a PETROBRÁS na Bahia. Devia-se esperar um pouco pelos desejados elementos. Informação da arquiteta Isolda dos Anjos Honnen e da historiadora Márcia Regina Chuva, de 30 de abril de 86, levanta alguns problemas enquanto prossegue seu trabalho. Os técnicos do setor de tombamento dispunham da planta cadastral com a proposta do Parque Nacional do Petróleo, com o loteamento do Jardim Lobato. Havia ainda a proposta de tratamento paisagístico da orla da Bahia de Todos os Santos, próxima do marco. Ao que parece, o projeto não foi realizado e o que a área apresentava eram apenas os referidos barracos e mocambos. Indagava-se do real envolvimento da PETROBRÁS na proposta. Daí a espera de esclarecimentos. Novo ofício, este do arquiteto Sabino Barroso, Diretor do DEPROT, à Coordenadora da 7a. CR, de 30 de julho de 1993, reaviva a questão. É que aí arrola, entre os assuntos pendentes, o da área de Lobato. São oito esses assuntos. Pareceu ao DEPROT conveniente priorizar um conjunto de processos de tombamento daquela Coordenação Regional: apresenta quatro e, entre eles o da área de Lobato. O Diretor do DEPROT lembra que, ante o tempo decorrido entre a proposta e o atual, **"a destruição/comprometimento do bem cultural pode ter sido superada ou, na pior das hipóteses, consumada"**. Pede à CR opine sobre a priorização que propõe. Em resposta da Coordenadoria Regional, de 26 de novembro de 1993, informa-se que pouco há a dizer, pois só se encontraram cópias de ofícios aqui citados e a providência de designação de um técnico para responder às questões formuladas no documento de 30 de abril de 1986. Quanto à priorização, mantém as da área de Lobato e Parque do Queimado, sugerindo substituição das duas outras. Segue-se o Memorando DEPROT/IPHAN nº 051/95, do historiador de arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro ao Diretor Sabino Barroso. O historiador é incisivo, recomendando o arquivamento do processo.

Parece-nos aconselhável transcrever o que diz: 'Chamo a atenção para o parecer elaborado pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro (também constante do processo), que demonstrou a relevância das circunstâncias históricas dentro das quais se insere o objeto cultural em questão. Entretanto, apesar de seu caráter evocativo, a mencionada área encontra-se em adiantado estágio de descaracterização, em razão da profusa ocupação de casario de população de baixa renda. Nada mais resta da área de Lobato, a não ser um único poço de exploração (poço 163), circundado por casebres toscos de alvenaria. O mencionado historiador, ao considerar desaconselhável a aplicação do estatuto do tombamento neste caso, recomenda, contudo, que a 'árvore de natal' existente no poço 163 seja dali retirada e colocada num museu histórico, sugestão, aliás, bastante factível, já que tal objeto pouco menos do que a altura de um homem possui. Tal orientação poderia ser enviada às autoridades competentes, responsáveis pela guarda do objeto em questão'. O historiador Marcus Tadeu chama a atenção para as fotos, que comprovam 'a impossibilidade de intervenção institucional sobre a área que se pretende acautelar, dado o estágio bastante avançado de comprometimento da área que um dia foi palco da instalação de vários poços de petróleo. No caso de tombamento, não seria apenas o poço 163, mas sim a área de Lobato compreendida como um todo (...) Entretanto, em visita feita ao local pelo historiador Adler H. Fonseca de Castro, pode-se constatar que, com exceção do poço 163 e do pequeno obelisco comemorativo, nenhum outro vestígio remanesce. Por isso, submeto à opinião de V. Sa. E à do Presidente do IPHAN a recomendação do arquivamento do presente processo.' O parecer é inteligente e digno de nota. Sobretudo pela sua conclusão, quando observa: 'custa-nos encerrar tal questão com o arquivamento proposto'. A descoberta do petróleo em Lobato e depois a luta pela criação da PETROBRÁS e a campanha 'o petróleo é nosso', que movimentou e abalou o país como, no passado, a luta pela abolição do estatuto do escravismo ou, mais recentemente, a campanha pelas eleições diretas – diretas já! – são momentos de consciência nacional, de intensa participação de todos ou quase. Sugere que o DEPROT 'mantenha contatos com entidades, governamentais ou não, no sentido de selecionar um ou mais bens culturais que, em melhor estado de conservação do que a área de Lobato e detentor de referências à memória do petróleo no Brasil, possam ser tombados pelo IPHAN'. Curiosamente, a proposta é estudada exatamente agora que a reforma constitucional extingue o monopólio estatal, embora as autoridades (o presidente da República, por exemplo) garantam que não se cogita de acabar com a empresa que tanto marcou a vida do país, às vezes de modo apaixonado e acrítico. O certo é que pesa a ameaça de fim do sonho do 'petróleo é nosso', a empresa sendo enterrada, como diria o sambista Noel Rosa, 'sem choro e sem vela', pelo voto de um Congresso que acatou praticamente sem discussão a proposta. De fato,

apenas homologou o recado do Planalto. Como se vê, limitamo-nos a resumir o processo. Parece-nos legítima a sugestão do arquivamento. A idéia de entrar em contato com a PETROBRÁS para que **'a árvore de Natal ainda existente no local seja recolhida a um museu, para preservar a memória do fato, antes que este último vestígio se perca'** também deve ser acatada. Cabe à Diretoria a forma de execução. Assim nos parece e esperamos que o Conselho aprove, à vista dos estudos já feitos. A questão assume, assim, outro rumo, afastada a proposta de tombamento pela situação em que se encontra a área". Colocado em discussão pelo Conselheiro Max Justo Guedes, a quem o Presidente passou a moderação dos trabalhos durante a leitura do parecer, a Conselheira Fernanda Colagrossi levantou a questão do apreço da comunidade em relação à "árvore de natal", solicitando informes sobre a época da sua instalação e sobre a possibilidade de conservá-la. O Conselheiro Francisco Iglésias, esclarecendo que a torre data do início da exploração do petróleo, julgou difícil a sua preservação naquele local, pois se encontra parcialmente destruída, cercada de casebres e de um matagal. Considerou a proposta da transferência para um museu muito adequada, pois é um modo de relembrar a aventura do petróleo no Brasil, iniciada há muito tempo e que persiste até hoje. A Conselheira considerou importante verificar-se o significado daquele marco para a população da localidade, através de uma pesquisa, e sugeriu, no caso da sua transferência para um museu, a sua substituição por uma réplica, concluindo que a melhor alternativa, no seu entendimento, seria mantê-lo onde se encontra, tombá-lo e realizar um ato solene, nos moldes em que foi proposto para comemorar tombamento anteriormente aprovado. O Conselheiro José Quintas, levantando a questão da memória da luta pelo petróleo no país, julgou importante que o IPHAN, auxiliado pela PETROBRÁS, pesquise outros marcos merecedores de proteção. Diante dessas ponderações, o Presidente, retomando a condução dos trabalhos, decidiu adiar a decisão para permitir o desenvolvimento de estudos a serem submetidos ao Conselho em outra oportunidade. O final dos debates foi interrompido pela chegada do Ministro de Estado da Cultura, que passou a presidir a reunião e assim se pronunciou: "Eu atendo à solicitação da presidência, mas estou um pouco na posição do político americano que, diante de uma situação semelhante, disse assim: eu vim aqui para ouvir. E vim aqui realmente para ouvir, mais do que para falar. Mas já que o Presidente Glauco Campello me passa a palavra, gostaria, muito brevemente, de saudar a todos e agradecer a notável participação que tem tido, neste Conselho, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como todos nós sabemos, é uma instituição nacional celebrada por décadas e décadas, de uma atividade dedicada à cultura brasileira, em um ponto da cultura brasileira que é certamente aquele que hoje em dia reúne o maior consenso, que é o da preservação e defesa do nosso Patrimônio Histórico e Artístico. Eu registraria, e registro sempre com muita alegria, que em contatos que tenho tido com todos os Secretários de Cultura dos Estados do Brasil, ao pedir que indicassem o que

consideram as urgências, as primeiras urgências, as prioridades de investimento cultural nos seus estados, na maioria dos casos, em cerca de 60% dos casos, são respostas relativas ao patrimônio, o que indica que o trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico, desde de quando formado até agora, vem rendendo frutos e ajudando tanto a preservação do patrimônio, quanto a criação de uma consciência nacional da sua importância. Nesta área, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – é parte forte desta grande tradição brasileira. Eu quero agradecer então a participação de todos porque sei que cada um, cada uma das Senhoras, cada um dos Senhores representam seus campos de atividade nas regiões a que pertencem, uma experiência riquíssima de conhecimento, de sensibilidade, de percepção histórica e consciência das necessidades culturais do país. Seria muito difícil, embora o empenho dos nossos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e o grande empenho dos funcionários do Ministério da Cultura em geral, que pudéssemos ter êxito nessa atividade se não tivesse sido concebido, desde as origens, um Conselho deste tipo, com representantes da sociedade. Eu acho que o Brasil tem muitas coisas ruins e tem coisas boas. Já que nós criticamos tanto as coisas ruins cabe, de vez em quando, enaltecer as coisas boas que estão em nossa formação, porque ele representa um instinto democrático, uma sensibilidade democrática que está nas origens da própria instituição, a necessidade de que, no processo do funcionamento das atividades do Instituto do Patrimônio Histórico, se esteja o tempo todo ouvindo as pessoas que representam a sociedade civil naquela área em que o Patrimônio Histórico deve atuar. Sei que falo não apenas em meu nome, mas em nome de todos os funcionários do Instituto, neste caso, de todos os funcionários do Ministério e, certamente, em nome de todos os Ministros que me antecederam e que se vêm muito apoiados pela presença das Senhoras e dos Senhores membros desse Conselho. Muito obrigado a todos". O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Modesto Carvalhosa que, em nome do Conselho, assim se pronunciou: "A minha escolha para saudar o Senhor Ministro deve ser explicada pelo fato de ser seu conterrâneo, provavelmente não há outro motivo, porque essa casa é formada por ilustríssimos membros e não seria eu a pessoa mais indicada para esse fim. Mas realmente foi com muita emoção que vi o Ministro da Cultura entrar nesta sala, como velhíssimo companheiro de lutas democráticas das mais importantes do Brasil, na Universidade de São Paulo, onde sempre liderou, pela sua idoneidade, pela sua capacidade científica e sobretudo pela sua humildade, todas as lutas que fizemos, sobretudo na época difícil em que tentamos e conseguimos a anistia ampla, geral e irrestrita em favor da Conciliação Nacional. O Ministro Weffort é um Ministro muito festejado nesta área porque ele representa inclusive um governo preocupado com o Patrimônio Histórico. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, já se pronunciou publicamente no sentido de dar prioridade à área cultural, naturalmente sem descuidar os outros segmentos. Essa questão é importantíssima, não só sobre o ponto de vista de preservação de um

acervo cultural, mas da retomada de uma consciência dos valores nacionais que são realmente visualizados no patrimônio, na documentação, enfim em todos os elementos que compõem o acervo nacional, que representam a importância do Brasil através dos séculos e que se tem perdido demais pela concepção meramente de mídia e de visual vulgar predominante na população. Portanto essa prioridade do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, representado pelo Ministro Weffort, aqui presente, deve ser mantida e deve ser aumentada. O Ministro Weffort tomou uma iniciativa importantíssima no sentido de simplificar a Lei Rouanet, de torná-la mais realista, menos policialesca, no sentido de admitir, inclusive, a intermediação no encaminhamento desses projetos, o que é um grande salto na perspectiva do mecenato na área cultural. Esse mecenato é uma sugestão dos membros do Conselho que deve ser mais aprofundada, para que a iniciativa privada seja realmente incentivada a apoiar de uma maneira mais contínua a restauração, preservação e manutenção do Patrimônio Histórico Nacional. Nós temos aqui um exemplo que nos dignifica muito, a presença do Conselheiro Angelo Oswaldo, Prefeito de Ouro Preto, que tem conseguido mineiramente, sem muito alarde, a restauração daquelas preciosidades arquitetônicas de Ouro Preto, através de um trabalho de apoio da iniciativa privada, como muito bem ressaltou o Conselheiro Max Justo Guedes. Quando se tem vontade política para obter esse apoio, lutando pelo Patrimônio, ele aparece. Em nome do Conselho, é o que eu queria dizer para saudá-lo ou saudar a sua presença aqui, que realmente muito nos honra, engrandece e nos incentiva em nosso humilde trabalho". O Presidente, após reafirmar ao Ministro a importância do apoio e da orientação de alto nível que o Conselho oferece ao IPHAN, informou que, antes da sua chegada, estava em discussão a proposta de tombamento da Área de Lobato, em Salvador, ficando adiada a votação da matéria, a fim de que a área técnica estude a questão sob os aspectos levantados por alguns Conselheiros, para que o assunto seja reexaminado em outra oportunidade. Solicitou, então, ao Conselheiro Modesto Carvalhosa o seu parecer sobre a proposta de tombamento da **Coleção Mário de Andrade do acervo do IEB/USP, SP**, contida no Processo nº 1.217-T-87, transcrito a seguir: "Senhor Ministro, Senhor Presidente do IPHAN, Senhores Conselheiros. Reportando-me ao despacho exarado pela Senhora Secretária neste processo nº 1.217-T-87, manifesto-me inteiramente favorável ao tombamento da 'COLEÇÃO MÁRIO DE ANDRADE', objeto dos autos. A matéria já foi estudada sob todos os aspectos, inclusive o jurídico, não me parecendo careça de implementos para a conclusão e o que mais consta no Parecer acima citado, da lavra da ilustre advogada Tereza Beatriz da Rosa Miguel, aprovado pela Sra. Secretária do Conselho Consultivo. Realmente merece tombamento, na esfera federal, a COLEÇÃO MÁRIO DE ANDRADE, hoje na Coleção de Artes Visuais do Egrégio Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, da Universidade de São Paulo, classificada em quatro coleções: Artes Plásticas, compreendendo pinturas,

desenhos, gravuras e esculturas; imagens religiosas, objetos folclóricos e populares e objetos relativos à Revolução de 1932. Na Coleção de Artes Plásticas, quase em sua totalidade, coincide com o período de vida e à atuação de Mário de Andrade. Entre as obras estrangeiras há significativas que ressaltam a influência e o desenvolvimento da arte moderna no Brasil. Esse esforço de Mário de Andrade é que torna marcante sua Coleção, tendo o escritor procurado relacionar-se com artistas de sua época, discutindo e escrevendo a seu respeito. A Coleção é reveladora daquele fértil período entre guerras, revelando a evolução artística de seus integrantes. Mário de Andrade dizia que não recolheu os exemplares para ele, considerando-se o depositário das obras que, no futuro, pertenceriam ao público. Sendo assim, a Coleção diz muito do seu gosto de colecionador e documentador. A propósito, indeclinável se torna ressaltar que o tombamento ora submetido à deliberação do Conselho Consultivo do IPHAN é iniciativa de um dos seus mais ilustres membros, o saudoso arquiteto Eduardo Kneese de Mello, que assim procurou trazer ao acervo nacional de obras e documentos tombados a preciosa e persistente colheita de Mário de Andrade. Como antigo presidente do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB –, entusiasmou-se pela coleção, procurando assim a proteção do IPHAN, pelo que aproveitou para declarar, mais uma vez, meu reconhecimento pelo trabalho incansável do insigne autor dessa solicitação em prol da memória e da cultura desse país. Outro membro ilustre desta Casa, o Dr. José Mindlin, também deve aqui ser citado pela sua grande contribuição à divulgação bibliográfica, em 1984, do acervo Mário de Andrade, mercê da publicação que promoveu do Catálogo 'Coleção Mário de Andrade (Artes Plásticas)', da lavra de duas grandes estudiosas de sua obra, Marta Rossetti Batista e Yone Soares de Lima. Membro ilustre deste Conselho, José Mindlin, merece, outrossim, o nosso reconhecimento por essa contribuição relevante à cultura nacional. Quanto a Mário de Andrade, quase tudo já se falou e louvou. Seu espírito privilegiado de grande escritor e poeta, reconhecido músico e garimpeiro das artes e dos documentos, fariam dele um gênio sempre festejado mesmo se tivesse vivido na alta renascença florentina, em que homens universais, como Niccolò Niccola, reuniam em si, como Mário, o saber, o romper, o conhecer, o colecionar, o produzir arte, e ainda, o participar intensamente da vida de sua cidade marcada, diuturnamente, pela sua fascinante presença. Com Mário foi assim; animou e marcou a Paulicéia, onde foi, desde jovem, tratado tanto por seus companheiros de letras, e de artes, quanto nos elegantes salões afrancesados da alta burguesia paulistana, como 'O Grande Mário'. Sua sensibilidade de farejador de arte de ruptura desponta já em sua juventude, embora a primeira aquisição, seja de uma obra de Torquato Bassi, ainda acadêmica. Dessa escola logo descogitou ao sofrer o impacto da exposição de Anita Malfati, em 1917, que o lançou, sem retorno, no modernismo então nascente em São Paulo. Foi a partir daí, quase sempre, um precursor nas aquisições de obras de artistas polêmicos. Sabendo-se da sua

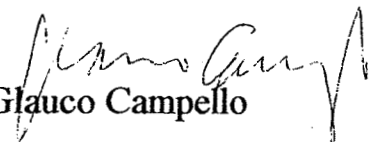
material, sustentada apenas pelo seu cargo de lente do Conservatório Musical de São Paulo onde foi mestre, dentre outras grandes pianistas, de Magda Tagliaferro, e sua participação no jornalismo paulistano, é espantoso ver como colecionaria uma vasta gama de obras, a custo, às vezes, de grandes sacrifícios materiais. O seu acervo de artes plásticas abrange um conjunto significativo de pintores, pois além de Anita, também reteve obras, apenas terminadas, de Brecheret, Di Cavalcanti e de quase todos os artistas plásticos integrantes da Semana de Arte Moderna, tais como Ferrignac, Rego Monteiro, Tarsila, Moya, Zina Aita e mesmo do renegado Yan de Almeida Prado. Não se contesta que muitas obras lhe tenham sido presenteadas, notadamente pelos integrantes do grupo dos cinco, de que era assíduo freqüentador. Não descuro, outrossim, de amealhar obras estrangeiras, que lhes eram enviadas por Anita e Sérgio Milliet em suas viagens à Europa, delas provindo inclusive, em 1923, um Picasso, e depois, a Composição de Léger, gravura de Chagall, tela de Lhote e colagem de Valmier. E essa coleção preciosa, que, sobretudo, reflete o período da existência do próprio Mário e de que retirava profunda inspiração para sua própria obra literária, destinou-se, por desejo expresso seu, a formar um acervo museológico público, conforme carta-testamento que escreveu ao irmão em 22 de março de 1944: 'Nunca colecionei para mim, mas imaginando-me constituir apenas em salvaguarda das obras, valores e livros que pertencem ao público, ao meu país, ao pouco que eu gastei e me gastou'. Transferida em 1967 de sua legendaria e humilde casa na rua Lopes Chaves para a Cidade Universitária, esse acervo precioso de arte, imaginária e documentação antropológica e folclórica e ainda de relíquias do movimento de 1932, recebe agora a sua consagração maior, ao dever declará-lo o IPHAN patrimônio nacional. Pela sua aprovação". Colocado em discussão, e não havendo manifestação em contrário, o Presidente considerou o tombamento aprovado por unanimidade. Em seguida, pediu permissão ao Conselho para que fossem ouvidas duas pessoas portadoras de comunicações e solicitações. Inicialmente, deu a palavra à Senhora Marieta Borges Lins e Silva, Secretária do Patrimônio Cultural e Turístico de Olinda, para apresentar mensagem do Conselheiro Germano Coelho, impedido de comparecer à reunião. A Senhora Secretária apresentou cumprimentos e informou ser portadora de dois ofícios encaminhados pelo citado Conselheiro, que ocupa a Prefeitura de Olinda. Esclareceu que o primeiro contém solicitação de abertura de processo para o retombamento do Forte do Buraco, do qual restam apenas 30%, e que no momento corre graves riscos. Informou que o segundo ofício apresenta o "Projeto Foral de Olinda", para a sua reabilitação histórica, patrimonial, financeira e urbana, passando a fazer o seguinte pronunciamento: "O Projeto Foral de Olinda resgata uma dívida do passado, valoriza ações de caráter histórico e tem como objetivo maior a reabilitação do Município, a partir do conhecimento da legislação foraleira sob o regime de aforamento perpétuo, entendido à luz de documentos fidedignos e reconhecidamente capaz de gerar rendas nos dias atuais. Essa concepção

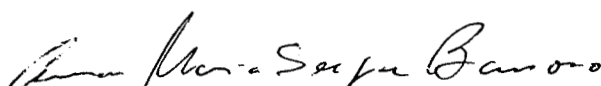
rendas nos dias atuais. Essa concepção deflagrou uma ação da Prefeitura de Olinda, reivindicando a cobrança do foro, laudêmio e resgate de aforamento das áreas descritas na Carta de Doação de 1537, dentro do antigo 'Termo da Vila de Olinda', hoje desmembrado em 40 municípios do Estado de Pernambuco. Vencedora em todas as instâncias jurídicas, a proposta deu a Olinda o direito pleno por unanimidade, no Supremo Tribunal Federal, de efetuar a cobrança no seu reconhecido território original. Isso vem orientando os estudos que apontam esse território, estudos esses cientificamente conduzidos e norteadores de um outro grande produto: a criação do Museu da Cidade de Olinda. O Foral de Olinda, o que é? É a 'Carta de Doação de 12 de março de 1537', feita pelo primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, à Câmara de sua Vila de Olinda, de uma larga área de terra, para construir o patrimônio que seria para uso e serviço dos moradores e povoadores da dita vila. A doação do Foral de Olinda, obedeceu ao processo histórico da Fundação das cidades portuguesas. Qual a sua importância? 'Do ponto de vista da história pernambucana a 'Carta de Doação' é um documento de alta importância, pois é o mais antigo relativo a Olinda e nos revela os primórdios da colonização da Capitania. Por isso está a merecer a atenção dos historiadores brasileiros, embora poucos a conheçam, e o seu texto esteja eivado de erros e incorreções', conforme estudos de José Antônio Gonsalves de Mello. O Foral de Olinda é um documento ímpar no Brasil. Os outros donatários não tiveram tal preocupação. Quanto ao Foral de Olinda, o texto de 1537 não é conhecido no original, mas, aos nossos dias, chegaram várias cópias manuscritas. Esses manuscritos, que apresentam diferenças importantes, foram utilizados na reconstituição textual pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, e publicados na revista do APE – Arquivo Público Estadual – anteriormente referida. Como ato jurídico ele é considerado perfeito e acabado, com direito adquirido, conforme Ação Declaratória do Juiz Federal da 1ª Vara, Dr. Artur Barbosa Maciel. A metodologia usada vem sendo a interpretação do texto da Carta de Doação de 1537; a identificação das áreas; a leitura paleográfica dos 55 Livros de Foro, da Prefeitura Municipal de Olinda; estudos da legislação foraleira; recadastramento de áreas foreiras; emissão de carnês de cobrança; elevação da renda de foro e reabilitação urbana do Município. É um projeto no qual Olinda acredita muito porque parte de um documento do século XVI e, a partir daí, ela vai cobrar aquilo que lhe é de direito, direito perpétuo. O Prefeito gostaria que o Conselho conhecesse esse trabalho e se coloca à disposição, se for o caso, para apresentar outras informações que completem a que aqui apresento. Essa é a mensagem de Olinda". O Conselheiro Max Justo Guedes, reconhecendo a responsabilidade da Marinha na destruição parcial do Forte do Buraco, lamentou a falta de firmeza na manutenção do seu tombamento, que teria salvo esse magnífico patrimônio. O Presidente declarou que o assunto está sendo

reexaminado pelo Departamento de Proteção deste órgão e que o "Projeto Foral de Olinda" terá a devida atenção do Conselho e do IPHAN. O Conselheiro Angelo Oswaldo apresentou congratulações ao Conselheiro Germano Coelho pela criação, no seu segundo mandato como prefeito, da Secretaria do Patrimônio Cultural e Turístico de Olinda, cumprimentos que estendeu à sua titular, Marieta Borges Lins e Silva. O Presidente passou a palavra ao Arquiteto Antônio Pedro Alcântara. O arquiteto lamentou a saída antecipada do Ministro por ficar impossibilitado de lembrar um assunto que anteriormente levava a seu conhecimento, do qual o Conselho certamente já tem ciência. Apresentou-se na qualidade de cidadão, já que é funcionário aposentado do IPHAN, a fim de pedir ao Presidente e aos demais membros do Conselho a adoção de providências visando conscientizar a sociedade sobre os riscos decorrentes dos projetos de emendas constitucionais lesivas ao patrimônio nacional. Ressaltou que, embora esteja momentaneamente arquivado, o assunto será discutido em um conjunto que inclui propostas de grande conveniência para o país e outras de interesses inconfessáveis, prejudiciais não só ao patrimônio federal, como também aos bens culturais dos Estados e Municípios, que ficariam reduzidos a aproximadamente 4% do acervo atualmente protegido. Esclareceu que estão sendo visados o Senador Élcio Álvares e o Deputado Germano Rigoto, autores das emendas atualmente arquivadas, além da Direção Nacional do PDS. Reiterando as manifestações do Ministro e do Conselheiro Modesto Carvalhosa, considerou o IPHAN uma instituição exemplar e advertiu que seus defensores não podem ser surpreendidos pelos acontecimentos, pelo fato consumado, destacando a necessidade de cotejo das propostas de reformas com as suas justificativas, o que permitirá a avaliação das medidas pretendidas. Citou o apoio de vários políticos, de diversos órgãos, como o Instituto de Arquitetos do Brasil, e fez menção especial à extraordinária atuação do Conselheiro Angelo Oswaldo de Araújo Santos. O Presidente agradeceu a participação do arquiteto Pedro Alcântara ao abordar uma questão que vem preocupando a Presidência deste órgão, considerando importante e oportuna a sua discussão naquele fórum composto de pessoas que têm ao seu alcance meios de ajudar, não só como membros do Conselho, mas também por suas relações pessoais. Acrescentou que, no âmbito do IPHAN, a questão está sendo acompanhada com o cuidado que merece. O arquiteto Pedro Alcântara solicitou ainda a interferência do Conselheiro Silva Telles para obter a solidariedade do INEPAC. O Conselheiro prometeu atuar nesse sentido junto aos órgãos de proteção do Estado e do Município. A Conselheira Fernanda Colagrossi sugeriu o acompanhamento da questão e a apresentação de informes na próxima reunião do Conselho. O Presidente assegurou que, naquele momento, não havia qualquer sinal de desarquivamento e de retomada das propostas que foram alvo da ação conjunta dos defensores do patrimônio. A Conselheira Fernanda Colagrossi apresentou um voto de solidariedade à Conselheira Maria Beltrão, em relação ao lamentável episódio dos danos causados à Coleção Arqueológica

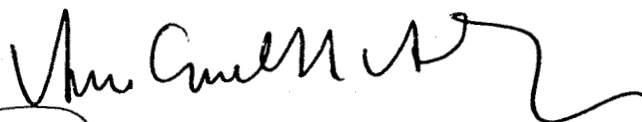
do Museu Nacional pelas chuvas torrenciais ocorridas em agosto, destacando a sua competência e o seu zelo como pesquisadora e arqueóloga que dedicou trinta e sete anos da sua vida àquela instituição, proposta aceita por unanimidade pelos demais membros do Conselho. A Conselheira Maria Beltrão agradeceu, congratulando-se com os novos Conselheiros e, em particular, com a Conselheira Fernanda Colagrossi por sua atuação, durante longos anos, em questões básicas para o desenvolvimento do país. Reiterou a sua consternação com danos causados ao acervo do Museu Nacional elogiando, entretanto, o desempenho exemplar da Diretora e dos integrantes daquele órgão. Comentou a complexidade dos problemas lá existentes, fato que impede a sua resolução imediata. Relatou, em seguida, a sua tentativa de instalar um Museu da Pedra em Irecê, no interior da Bahia. Historiou as resistências oferecidas pelas autoridades locais que temiam uma revolta da população, carente das suas necessidades mais elementares. Havendo recebido um quarto do Mercado Municipal, transformou a área cedida em museu, dispondo de sala de museologia, de salas de artesanato popular adulto e infantil e de laboratório. Esse centro cultural motivou as populações da região, que agora desejam os mesmos benefícios. Finalizou agradecendo à Conselheira Fernanda Colagrossi o apoio de que precisava. O Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque pediu a palavra para apresentar duas observações. Inicialmente considerou superada a proposta de revisão constitucional tal como foi apresentada, quando havia a necessidade de quorum simples. Mencionou entretanto a necessidade de vigilância permanente por parte do Ministério da Cultura e do Conselho Consultivo para examinar as emendas eventualmente apresentadas dentro das exigências regimentais vigentes. Confessou considerar improvável a colocação em pauta de outros temas de revisão constitucional, além daqueles já encaminhados pelo Poder Executivo. A segunda intervenção visava revelar o seu entusiasmo pelo último número da *Revista do Patrimônio*, dedicado às cidades, e felicitar o IPHAN, na pessoa do seu Presidente Glaucio Campello, pela beleza da edição e pela qualidade de conteúdo, estimulando-o a dedicar novos números temáticos a outros assuntos de igual relevância. O Presidente agradeceu e comunicou já ter programado para o próximo ano um novo número da revista também com tema específico – Cidadania –, cuja curadoria foi confiada ao Professor Antônio Augusto Arantes, da Universidade de Campinas. Informou haver solicitado ao Professor Joel Rufino dos Santos que coordenasse outro número sobre o Patrimônio Afro-Brasileiro. Mencionou, ainda, que apenas naquela época, no âmbito do Departamento de Promoção do IPHAN, foi organizada a Coordenadoria de Editoração confiada a Sebastião Uchoa Leite, que possui uma experiência brilhante nessa área. Agradeceu a presença de todos, destacando os dois novos participantes: Conselheiros Fernanda Colagrossi – representante do ICOMOS – e José Silva Quintas – representante do IBAMA – que tem uma profunda ligação com a Casa desde a sua colaboração importante com Aloísio Magalhães. Nada mais havendo a

tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

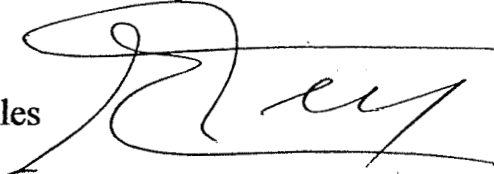

Glauco Campello


Anna Maria Serpa Barroso

Angelo Oswaldo de Araújo Santos



Augusto Carlos da Silva Telles



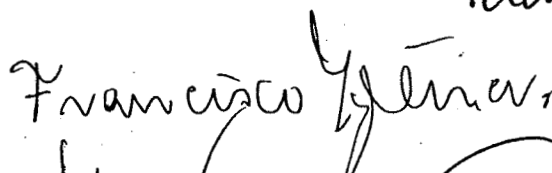
Carlos Alberto Cerqueira Lemos



Fernanda Cecília Nobre Ribeiro da Luz Colagrossi



Francisco Iglésias



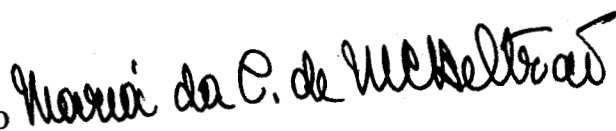
Ítalo Campofiorito



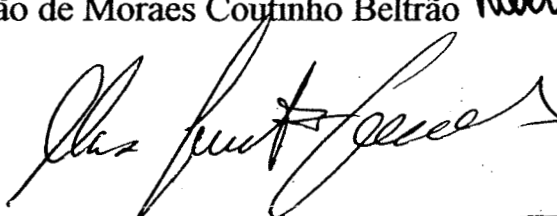
José Silva Quintas



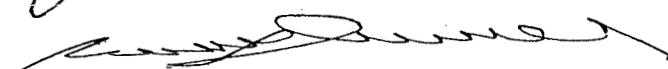
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão



Max Justo Guedes



Modesto Souza Barros Carvalhosa



Roberto Cavalcanti de Albuquerque

